

# Projeto Vidas Paralelas Indígena: revelando o povo Tupinikim do Espírito Santo, Brasil.

*Proyecto Vidas Paralelas Indígena: revelando el pueblo Tupinikim de Espírito Santo, Brasil.*

*Project Indigenous Parallel Lives: revealing the Tupinikim people of Espírito Santo, Brazil.*

Vilma Benedito de Oliveira<sup>1</sup>  
 Maria da Graça Luderitz Hoefel<sup>2</sup>  
 Edgar Merchán-Hamann<sup>3</sup>  
 Denise Osório Severo<sup>4</sup>  
 Silvéria Maria dos Santos<sup>5</sup>

## RESUMO

Este relato de experiência se refere ao povo Tupinikim, habitante de um território localizado no município de Aracruz (Estado de Espírito Santo), e que representa um dos setores sociais mais antigo da área, pertencente ao tronco lingüístico Tupi da família tupi-guarani. Além de dados históricos que datam da colonização portuguesa e redução jesuítica, enfatiza-se na situação criada pelo governo estadual que resultou na compra e posse por parte de uma

multinacional (Aracruz Celulose) das terras indígenas, sua invasão por posseiros e na luta dos povos indígenas pela sua reintegração. Finalmente foi homologada a demarcação de 18.100 hectares das “Terras Indígenas Comboios e Tupinikim” recentemente em 2009. Descrevem-se as associações indígenas que unem os tupinikim e gaurani. Detalha-se a incipiente presença de estudantes indígenas em universidades públicas e a perda gradual dos conhecimentos e práticas tradicionais. O Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais / Espírito Santo (DESEI) é responsável pela atenção à saúde dos indígenas dos dois Estados e tem sua sede na cidade de Governador Valadares (MG), muito distante de Aracruz, o qual implica em dificuldades administrativas.

**Palavras-chave:** educação indígena; saúde indígena; indígenas Tupinikim do Brasil.

## RESUMEN

Este relato de experiencia se refiere al grupo étnico Tupinikim, habitante de un territorio localizado en el municipio de Aracruz (Estado de Espírito Santo), que representa uno de los sectores sociales más antiguos del área,

1 Estudante de Enfermagem. Faculdade de Ciências da Saúde (FS) – Universidade de Brasília (UnB);

2 Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Saúde Coletiva (FS/UnB), Coordenadora do Projeto Vidas Paralelas Indígena (PVPi);

3 Doutor em Saúde Pública. Professor do Departamento de Saúde Coletiva (FS/UnB), tutor do PVPi;

4Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UnB; Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos em Saúde Pública / NESP, tutora do PVPi;

5 Doutora em História. Professora do Departamento de Enfermagem (FS/UnB), tutora do PVPi.

pertenciente al tronco lingüístico Tupi de la familia tupi-guaraní. Además de los datos históricos que datan de la colonización portuguesa y de la reducción jesuítica, se resalta la situación creada por el gobierno del estado que dió por resultado la compra y posesión por parte de una multinacional (Aracruz Celulose) de tierras indígenas, su invasión por campesinos y la lucha de los pueblos indígenas por su recuperación. Finalmente fue reconocida la demarcación de 18.100 hectáreas de las “Terras Indígenas Comboios e Tupinikim”, recién en 2009. Se describen las asociaciones indígenas que unen a los tupinikim y guaraní. Se detalla la incipiente presencia de estudiantes indígenas en universidades públicas y la pérdida gradual de conocimientos y prácticas tradicionales. El Distrito Sanitario Especial Indígena de Minas Gerais / Espírito Santo (DESEI) es responsable por la atención a la salud de los indígenas de los dos estados y tiene su sede en Governador Valadares (MG), muy distante de Aracruz, lo cual plantea dificultades administrativas.

**Palabras clave:** educación indígena; salud indígena; indígenas tupinikim del Brasil.

## ABSTRACT

This experience report deals with the ethnic group Tupinikim that lives in a territory of the Aracruz municipality (state of Espiritu Santo, Brazil) and one of the most ancient peoples in the area, whose language belongs to the Tupi linguistic stock of the Tupi-Guarani family. This article highlights the historical data from the Portuguese colonization and Jesuit reduction, the situation created by the state government that resulted in a multinational's (Aracruz Celulose) purchase and possessing of lands that belonged to indigenous communities,

the peasant invasion of their lands and the fight of indigenous communities for their recovery. The 44,725 acre demarcation of the “Terras Indígenas Comboios e Tupinikim” was finally recognized in 2009. The indigenous associations that bring Tupinikim and Guarani communities together are described. An incipient presence of indigenous students at public universities and the gradual loss of traditional knowledge and practice are described in detail. The Special Indigenous Sanitary District (DESEI) of Minas Gerais and Espírito Santo provides health service to indigenous communities in both states and is based at Governador Valadares (MG) far away from Aracruz, thus administrative issues arise.

**Key words:** Brazilian indian education; Brazilian indian health; Brazilian tupinikim indians; Brazil first nations.

## INTRODUÇÃO

### Contextos étnico e geográfico.

Atualmente no Brasil existem mais de 800 mil indígenas, ou seja, 0,4% da população brasileira, segundo dados do Censo 2010 <sup>1</sup> FUNAI. São 220 etnias indígenas espalhadas por todo o país e 180 línguas faladas <sup>2</sup>. Antes da invasão no Brasil pelos colonizadores portugueses e espanhóis, todos os nativos mantinham suas línguas, danças, músicas, religião e rituais de passagem de acordo com as fases de vida do indígena. Sendo assim, usavam somente as práticas tradicionais para promoção, prevenção e tratamento de doença, pois utilizavam as ervas medicinais extraídas das matas e faziam rituais de cura com os sábios pajés detentores dos conhecimentos

milenaes. É importante ressaltar que após 511 anos de resistência, os conhecimentos milenaes dos povos indígenas continuam preservados, sua cultura se mantém viva, apesar de sofrerem diariamente a violência cultural, a discriminação e o preconceito. Estes povos possuem outras concepções de saúde, morte e vida, diferente dos não indígenas. São de tradição guerreira, resistem à dominação e à imposição cultural do mundo ocidental com foco na luta pelo direito à Mãe Terra e à dignidade.

### **Memória**

O povo Tupinikim representa um dos setores sociais mais antigo do Estado do Espírito Santo e pertencem ao tronco lingüístico Tupi da família tupi-guarani. A colonização do Estado do Espírito Santo teve início em 1535 com a chegada dos portugueses, chefiados pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, que desembarcou da Nau Glória na prainha, atualmente denominada Vila Velha. Aquele lugar, à época, ficou denominado Vila do Espírito Santo. Tratava-se, inicialmente de uma pequena vila que sofria constantes ataques dos indígenas que ali residiam. Então o donatário, para fugir dos ataques, construiu uma nova vila em uma ilha com terreno irregular, hoje conhecida como Vitória, atual capital do Estado do Espírito Santo <sup>3</sup>.

Mesmo diante de tantas dificuldades, os indígenas não deixaram de lutar contra os colonizadores, que utilizavam suas armas bélicas, forçando os indígenas a concentrarem-se em outras regiões do Estado. Inicialmente a colonização se limitava às áreas litorânea e centro-sul, onde cultivavam cana-de-açúcar e ao

norte, onde cultivavam mandioca. A ocupação do território Capixaba pelos invasores se deu de forma lenta, devido a vários obstáculos naturais.

O Espírito Santo ficou três séculos e meio coberto pela sua exuberante e rica mata atlântica, desde a faixa litorânea até as serras que o separam do Estado de Minas Gerais. Vários registros dos viajantes e cronistas que passaram pelo seu território citam os Tupinikins no período da colonização. É o que registra Jean Lery, integrante da frota do francês Villegagnon, que passou pela região em 1557. Estimativas propostas por John Heming indicam uma população Tupinikim, no início da colonização portuguesa, de 55.000 indígenas distribuídos entre o Espírito Santo e o sul do Estado da Bahia <sup>3</sup>.

Com o passar dos anos, o povo Tupinikim aliou-se à Coroa portuguesa, sendo localizado nas missões jesuíticas da costa atlântica. Depois das leis pombalinas, seus habitantes foram equiparados aos demais vassallos livres do rei, partilhando com eles direitos e deveres. No Império, foram considerados “cidadãos brasileiros” e, por isso, eram obrigados a prestar diversos serviços ao Estado.

Até 1940, os indígenas moraram em aldeias no meio das florestas e viviam da caça, da pesca, da cata de mariscos, da agricultura coletiva e da produção de artesanatos feito de cipó, madeiras, taquara e bambu. Da casca da ostra faziam cal que era comercializada em Santa Cruz. Por tal motivo, uma das aldeias, hoje em dia, possui o nome de Caeiras Velha (figura 1). Existiam várias aldeias dispersas no meio das matas. Podem-se citar como exemplos: Guaxindiba,

Amarelos, Braço Morto, Sauê, Cantagalo, entre outras. Entre essas comunidades era comum a troca de produtos, tais como, farinha, peixe, batata, galinha, aipim, carne de caça, cestos etc...



**Figura 1.** Rio Piraquê-açú, Aldeia Caeiras Velha.

Em 1940, o Estado autorizou a empresa Cofavi a explorar dez mil hectares de terras indígenas, o que fez com que as matas fossem destruídas para a produção de carvão vegetal. Essa empresa, após desmatar, permitia que posseiros ocupassem as terras. No final da década de 1960, a Cofavi repassou essas terras à empresa Aracruz Florestal, por meio do Governo Estadual. Em seguida, a multinacional Aracruz Celulose comprou por um valor simbólico as terras indígenas, como se fossem terras devolutas <sup>3</sup>. É nessa época que começou a luta do povo Tupinikim que vivia ilhado no meio de grandes plantações de eucalipto, em seu próprio território. Foram violados todos os seus direitos. Ao povo Tupinikim era proibido caçar e pegar lenha pra cozinhar. A única maneira de sobreviver se deu por meio da cata de mariscos e carangueijos no manguezal do rio Piraquê-Açú. Algumas mulheres foram obrigadas a trabalhar como empregadas domésticas nos bairros próximos da aldeia para ajudar no sustento de seus filhos.

Em 1979 o povo Tupinikim iniciou uma luta contra a empresa Aracruz Celulose (Arcel) para ter suas terras de volta. Nesse ano, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) reconhecia 6.500 hectares como terra indígena a ser demarcada. Apesar da FUNAI estar presente nas aldeias do povo Tupinikim, este ainda tinha seus direitos violados, pois em 1983 foram homologados apenas 4.490 hectares. Entretanto, com a força de algumas lideranças e o apoio de suas comunidades e de alguns movimentos sociais, foi iniciada uma auto-demarcação que levou à homologação de 2.571 hectares, em 1998.

Com o crescimento do povo, o território mostrou-se insuficiente para a sobrevivência, tendo início, então, a segunda auto-demarcação por parte dos indígenas que queriam a ampliação das suas terras. Em 2005, durante uma assembléia geral das comunidades indígenas, ficou decidido que iriam proceder à retomada da luta pelas terras, com uma nova auto-demarcação, pois havia ainda 11.009 hectares de terra sob a posse da Arcel <sup>2</sup>.

As comunidades indígenas sofreram varias pressões durante os anos em que foram oprimidos e humilhados, principalmente pelos políticos do município, que eram favoráveis ao capitalismo. A mídia local também colocava a opinião pública contra os indígenas e grande parte da sociedade era favorável à empresa, visto que esta era importante geradora de impostos <sup>4</sup>. As hostilidades provocadas pela presença do grande capital podem ser verificadas em *outdoors* produzidos por empresas (figura 2).



**Figura 2.** Foto de outdoors na última década no Espírito Santo. (Fonte: fotos retiradas do site <http://redecastorphoto.blogspot.com/2011/08/desagravo-aos-bravos-tupiniquins.html>).

Em vários momentos houve conflitos entre os indígenas e a empresa. As comunidades percebiam que o Governo federal protelava frente à necessidade de resolução da demarcação das terras. Várias reuniões entre as partes foram realizadas, mas o acordo mostrava-se inacessível, pois a Arcel negava a posse aos indígenas. Em 20 de janeiro de 2006 três delegados federais comandaram cerca de 120 policiais numa operação truculenta nas aldeias Olho D'Água e Córrego do Ouro. Com o uso de um helicóptero, a Polícia controlou toda a ação e procedeu a invadir e destruir todas as casas que haviam sido construídas pelos indígenas. Muitos habitantes indígenas foram feridos por disparos de armas com balas de borracha <sup>2</sup>.

Por outro lado, as comunidades indígenas ocuparam por dois dias as fábricas da Arcel e da Portocel <sup>5</sup>. Esta medida de pressão resultou em parecer favorável aos índios, por meio de decisão do Ministro da Justiça à época, Márcio Thomaz Bastos, e do presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes. Finalmente,

em 8 novembro de 2009, o então Presidente Luis Inácio Lula da Silva homologou 18.100 hectares, território que foi denominado “Terras Indígenas Comboios e Tupinikim”.

Atualmente, o povo Tupinikim situa-se no município de Aracruz, no litoral norte do Estado do Espírito Santo, a 83 quilômetros de Vitória (figura 3), com uma população total de cerca de 4.000 indígenas, distribuídos nas cinco aldeias Tupinikim (Caeiras Velha, Irajá, Pau-Brasil, Areal e Comboios).



**Figura 3.** Mapa de reservas indígenas, território reivindicado e territórios de empresas (Fotos tiradas deste Site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tupiniquins>).

### Organização Social

Quanto à organização social, os Tupinikim são liderados por um cacique, outras lideranças e o grupo de mulheres. Todas as aldeias Tupinikim e Guarani têm seus representantes que, juntos, criaram a comissão de caciques,

em que são discutidos coletivamente todos os assuntos, com votações e tomada de decisões (figura 4). Na aldeia de Caeiras Velha existe a Associação Indígena Tupinikim e Guarani (AITG), que administra todos os recursos e projetos que são desenvolvidos nas duas comunidades. Além disso, o povo Guarani também tem uma associação própria, sediada na aldeia Três Palmeiras, onde discutem assuntos exclusivos desse coletivo.



**Figura 4.** Lideranças indígenas Tupinikim e Guarani.

Sempre que necessário, discutem um assunto de maior complexidade, com a realização de assembléias gerais que envolvem todas as comunidades. Os povos Tupinikim e Guarani têm como representação nacional a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOIME), que possui sua organização interligada e articulada com outros movimentos indígenas no Brasil.

O Conselho Indígena de Saúde (CONDISI) representa, em nível nacional, os povos indígenas do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo, articulado com os demais CONDISIs de outras regionais. Alguns membros das comunidades possuem participação dentro dos Conselhos Locais de Saúde, que encaminham

as demandas ao Conselho Distrital de Saúde Indígena (geral) e este as repassa ao CONDISI.

### **Ensino Superior Público**

Na Universidade de Brasília estudam cinco alunos oriundos do povo Tupinikim, em diferentes cursos: Biologia, Enfermagem e Nutrição. Três cursam o curso de Enfermagem, um cursa Nutrição e o outro, Biologia. Em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), há quatro alunos (nos cursos de Biologia e Agronomia). Em São Paulo, na Universidade Federal de São Carlos – Campus de Sorocaba, há um aluno no curso de Engenharia Florestal. No Rio de Janeiro, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), há um aluno no curso de Agronomia. Não foi possível confirmar as informações de há que alguns estudantes Tupinikim cursando pedagogia em uma universidade particular em Aracruz.

### **Cultura**

A dança indígena do povo Tupinikim é o *Congo* (figura 5) um ponto forte de sua cultura. São utilizados instrumentos como tambores e casacas, ambos feitos de madeira. Homens, mulheres e crianças dançam ao som do tambor durante as festas que ocorrem várias vezes durante o ano, sendo que o evento principal ocorre no dia 19 de abril, cuja festa dura vários dias e pessoas de outras aldeias comemoram juntas essa data. Normalmente a festa é realizada na aldeia de Caeiras Velha, mas também é feita em outras aldeias. Os jovens fazem parte do grupo dos guerreiros, dançam e exibem sua força e destreza com a lança. No artesanato se destaca a fabricação de

colares e brincos feitos de sementes, bem como de utensílios domésticos feitos de madeira e cipó, além de outros materiais. Nos dias de festa também é possível degustar as comidas típicas, tais como como: moqueca de mariscos, moquecas de peixe com pirão. A economia é tem base principal na agricultura e na pesca, pois a maioria dos indígenas não possui mão-de-obra qualificada exigida pelo mercado de trabalho, o que faz com que as festas sejam uma forma também de comercializarem seus produtos.



**Figura 5.** Dança tupinikim do Congo.

A língua utilizada é a portuguesa. No entanto, a língua Tupi está em processo de resgate por meio da educação escolar indígena, em que as crianças entram em contato com sua língua materna desde a pré-escola.

Na aldeia existem pessoas que seguem a religião Católica e outras a Protestante. Na rua principal da aldeia há duas igrejas católicas, uma nova e uma mais antiga. A segunda não foi destruída devido à existência de um mito que diz que, embaixo de tal igreja, mora uma serpente e que se destruíssem a igreja, o animal devoraria toda as pessoas da comunidade. Apesar da identificação da maioria das pessoas com a religião católica, poucas possuem o hábito de frequentar os eventos realizados

na igreja, aos domingos. O pajé da aldeia, responsável pelos benzimentos e garrafadas faleceu recentemente e com ele foi levada parte da história e da sabedoria do povo Tupinikim.

Antigamente, bem antes de ser implantado o Programa de Saúde da Família (PSF) do governo Federal nas comunidades, os Tupinikim utilizavam com maior frequência as suas práticas tradicionais no tratamento de doenças. As parteiras foram, aos poucos, sendo substituídas pelos obstetras da cidade. O mesmo aconteceu com os chás e os banhos feitos com ervas medicinais, que foram sendo substituídos pelos medicamentos halopáticos. Por fim, o papel do pajé foi substituído pelo do médico. Poucos são os índios que ainda utilizam as práticas tradicionais. Esse conhecimento, em desuso, põe em risco um saber milenar. Normalmente, há resistência pelos mais idosos a tomar vacinas e alguns medicamentos.

## **Saúde**

Das cinco aldeias de povos Tupinikim, somente três possuem postos de saúde, sendo um na aldeia de Pau-Brasil, um na aldeia de Comboios e outro na aldeia de Caeiras Velha. Neste último, há também o atendimento de pessoas da própria comunidade e das aldeias de Irajá e Areal. As lideranças da aldeia de Irajá, por várias vezes, solicitaram a construção de um posto de saúde dentro da comunidade. No entanto, os órgãos competentes até hoje não tomaram as providências necessárias à construção do mesmo.

Quando há necessidade de atendimento médico e/ou odontológico, os indígenas são encaminhados à aldeia de Caeiras Velha. O

transporte desses pacientes é realizado por veículo da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) ou pelo veículo da comunidade. Todos os motoristas de tais viaturas são indígenas contratados por uma empresa tercerizada e seguem uma escala de plantão de 12 horas. Dessa forma, as comunidades indígenas possuem sempre um motorista de plantão. Vale a pena ressaltar que a aldeia de Areal ainda não tem veículo próprio para transporte dos seus moradores. Quando há necessidade de transportar algum paciente, um veículo de outra aldeia é solicitado, sendo mais comumente utilizado, para tais fins, o de Irajá.

A comunidade de Caeiras Velha recebe água tratada, porém o sistema de esgoto conta com funcionamento parcial, pois ainda há algumas questões a serem concluídas.

A equipe multidisciplinar de saúde que atende a aldeia de Caeiras Velha, Irajá e Areal é composta pelos seguintes profissionais: um médico, uma enfermeira, um nutricionista, um assistente social, um odontólogo, uma psicóloga, um assistente de saúde bucal, três técnicos em enfermagem, três agentes indígenas de saúde, três agentes de saneamento. Somente a nutricionista, a assistente social e a psicóloga trabalham em esquema de rodízio, pois necessitam atender todas as aldeias, seguindo uma agenda de trabalho de acordo com a demanda de cada comunidade. Há também um ginecologista e uma pediatra, que dão suporte à equipe multidisciplinar, por meio de acompanhamento de crianças, gestantes e mulheres.

Em Caeiras Velhas havia uma Unidade de Saúde, mas devido aos problemas de

vazamento nas caixas d'água fez-se necessária uma interdição do local, com o consequente abandono das instalações. Atualmente todos os atendimentos são realizados no prédio que a FUNASA construiu para abrigar a parte administrativa de um Pólo Base. Quando não há possibilidade de resolução dos problemas de saúde nas aldeias, os pacientes são encaminhados ao posto de saúde do município ou para Vitória, para consultar com especialista ou para tratamento hospitalar.

O hospital Maternidade São Camilo, em Aracruz, recebe recursos do governo federal como incentivo para oferecer aos indígenas um “atendimento diferenciado”. Quando as gestantes são internadas para a atenção ao parto, são alojadas em quartos de convênio e podem ser acompanhadas por seus familiares. Tratamento idêntico é dado às pessoas que necessitam ser internadas para outras finalidades.

O Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais / Espírito Santo (DESEI) é responsável pela atenção à saúde dos indígenas dos dois Estados e tem sua sede na cidade de Governador Valadares (MG) <sup>6</sup>.

Muitas vezes, em reuniões distritais e nacionais, as comunidades indígenas do Estado do Espírito Santo colocaram a proposta da necessidade de criação de um DESEI que atendesse somente o Estado do Espírito Santo. Porém, até os dias atuais, essa solicitação não foi atendida, o que gera muitas dificuldades em relação às liberações, em tempo hábil, de muitos trabalhos.



## Conclusão

As Universidades Federais e Estaduais precisam criar cotas para indígenas em diversos cursos, para que os jovens possam ser incluídos no meio acadêmico. Poucos indígenas possuem condições financeiras para pagar um curso de nível superior nas faculdades particulares. A maioria dos jovens, ao terminar o segundo grau, procura trabalho para ganhar seu sustento e ajudar na renda familiar. Isso gera o baixo número de indígenas inseridos no ensino superior.

A inclusão digital é necessária nas diversas aldeias, pois elas não recebem sinal de internet e isso dificulta a comunicação e a socialização com os diferentes povos indígenas do país e do mundo. Esse recurso tecnológico seria também de grande valia para os adultos e para os estudantes das escolas indígenas, pois permitiria a pesquisa e melhoraria o desenvolvimento intelectual por meio de estímulo ao raciocínio crítico e à reflexão.

O povo Tupinikim da aldeia de Caeiras Velha necessita que seja implantada uma Unidade Básica de Saúde (UBS), pois a estrutura que o prédio da FUNASA oferece não é adequada ao funcionamento, o que compromete a qualidade do atendimento realizado pelos profissionais.

Na aldeia de Irajá há necessidade de implantação de uma UBS para facilitar o acesso ao atendimento de saúde dessa comunidade, o que também facilitaria o atendimento à comunidade de Areal, aldeia muito próxima de Irajá. A criação de um DESEI que atenda somente ao Estado de Espírito Santo diminuiria o tempo gasto para atendimento à burocracia e

viabilizaria mais recursos para investimentos na saúde dos povos indígenas do Estado do Espírito Santo.

## REFERÊNCIAS

1. Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Ministério da Justiça. Povos Indígenas. <http://www.funai.gov.br/>. Acessado em 19/11/2011.
2. Sampaio AF. Doéthiro: Álvaro Tukano e os Séculos Indígenas no Brasil. In: Coe FA, Ramos ARA. Porto Alegre: editora EDIPUCRS, 2010. pp. 174.
3. Teao KM, Loureiro K. História dos índios do Espírito Santo. Vitória: Editora do Autor. 2009.
4. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação - FASE. FASE Solidariedade e Educação. A Aracruz tenta jogar a opinião pública contra os índios. Acessível em: <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=1089>, Acessado em 18/11/2011.
5. Gazeta Rádios e Internet. Porto da Aracruz Celulose pára após ocupação dos índios tupinikim e guarani. Acessível em: <http://www.intersindicalportuaria-es.org.br/portal/noticias/noticia.php?cod=192>. Acessado em 18/11/2011.
6. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas 3ª ed. 2005. Brasília: FUNAI / CGDOC.